



Documento Assinado Digitalmente por: LAURENILDO FREITAS DA SILVA, ERIVALDO JOSE COUTINHO DOS SANTOS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: 6388eae3fb1-430b-8771-3e1ed87ba65e



GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTES METROPOLITANO

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**



Índice

Balanço Patrimonial.....	3
Demonstração do Resultado.....	5
Demonstração do Resultado Abrangente.....	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Demonstração do Valor Adicionado.....	9
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações	
Contábeis em 31 de dezembro de 2020.....	10



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em reais)

ATIVO	NOTAS	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	76.680.318	79.447.520
Contas a Receber GRCTM		1.124.558	877.455
Estoques	5	305.378	398.728
Impostos a Recuperar	6	1.168.019	1.164.580
Adiantamentos a Empregados e Outros	7	7.372.486	6.288.822
Despesas Pagas a Regularizar		1.374.500	1.348.775
Outras Despesas Correntes		1.590.959	-
TOTAL DO CIRCULANTE		89.616.218	89.525.881
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	8	5.721.709	4.580.216
Imobilizado	9	3.631.300	4.025.187
Intangível	10	3.248.224	8.249.112
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.601.233	16.854.516
TOTAL DO ATIVO		102.217.450	106.380.397

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em reais)

PASSIVO	NOTA	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	74.966.589	73.631.692
Salários e Encargos Sociais	12	15.665.465	13.149.515
Impostos, Taxas e Contribuições	13	3.266.800	3.438.321
Valores Restituíveis	14	6.044.502	6.044.502
Conta Corrente – STPP	15	65.496.026	68.261.121
Depósito de Terceiros	16	3.317.880	3.166.463
Outras Obrigações		3.010.954	2.203.272
TOTAL DO CIRCULANTE		171.768.216	169.894.887
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas	17	32.310.796	31.279.475
Resíduos de Créditos STPP	18	69.251.130	69.251.130
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		101.561.926	100.530.605
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
Capital Social Subscrito		1.000.000	1.000.000
(-) Capital Social a Integralizar		(424.300)	(424.300)
Prejuízos Acumulados		(206.679.802)	(199.612.205)
Crédito para Futuro Aumento de Capital		34.991.410	34.991.410
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(171.112.692)	(164.045.095)
TOTAL DO PASSIVO		102.217.450	106.380.397

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em reais)

	NOTA	2020	2019
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	189.114.836	209.591.474
(-) Custos dos Serviços Prestados	21	(46.254.867)	(49.642.177)
(=) LUCRO BRUTO		142.859.968	159.949.297
(+/-) RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e Administrativas	21	(145.984.724)	(151.379.744)
Outras Receitas Operacionais	21	785.866	1.139.995
(=) RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(145.198.858)	(150.239.749)
Resultado financeiro líquido	21	122.556	292.176
(=) RESULTADO OPERACIONAL		(145.076.302)	(149.947.572)
LUCRO/PREJUÍZO OPER. LÍQ. DO EXERCÍCIO		(2.216.334)	10.001.725
LUCRO/PREJUÍZO POR QUOTAS		(2,22)	10,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(2.216.334)	10.001.725
Outros Resultados Abrangentes		
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(2.216.334)</u>	<u>10.001.725</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos do Exercício em 31/12/2015	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(133.533.209)	(97.966.099)
Retificação de erros				5.465.394	5.465.394
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(128.067.815)	(92.500.705)
Prejuízo do exercício				(30.699.764)	(30.699.764)
Saldos do Exercício em 31/12/2016	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(158.767.579)	(123.200.468)
Retificação de erros				(700.489)	(700.489)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(159.468.068)	(123.900.956)
Prejuízo do exercício				(60.916.790)	(60.916.790)
Saldos do Exercício em 31/12/2017	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(220.384.858)	(184.817.747)
Retificação de erros				42.398.919	42.398.919
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(177.985.939)	(142.418.826)
Prejuízo do exercício				(31.152.109)	(31.152.109)
Saldos do Exercício em 31/12/2018	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(209.138.048)	(173.570.937)
Retificação de erros				(475.882)	(475.882)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(209.613.930)	(174.046.819)
Lucro do exercício				10.001.725	10.001.725
Saldos Iniciais Ajustados 31/12/2019	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(199.612.206)	(164.045.093)
Retificação de erros				(4.851.262)	(4.851.262)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(204.463.468)	(168.896.357)
Lucro do exercício				(2.216.334)	(2.216.334)
Saldos do Exercício em 31/12/2020	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(206.679.802)	(171.112.692)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Documento Assinado Digitalmente por: LAURENILDO FREITAS DA SILVA, ERIVALDO JOSE COUTINHO DOS SANTOS
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: 6388aeb-3fb1-430b-8771-3e1ed87ba65e

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em reais)**

	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	(2.216.334)	10.001.725
Ajustes de exercícios anteriores	(4.851.262)	(475.882)
Depreciações e amortizações	617.548	463.804
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.031.321	243.599
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	742.582	407.003
Prejuízo Líquido Ajustado	(4.676.145)	10.640.249
Aumento (diminuição) de Ativos		
Contas a Receber	(989.686)	(609.301)
Estoques	93.351	68.515
Impostos a Recuperar	(3.439)	(26.759)
Adiantamentos a Empregados e Outros	(1.083.664)	(136.471)
Despesas Pagas a Regularizar	(25.724)	(1.147.119)
Outras Despesas Correntes	(1.590.959)	-
Depósitos Judiciais	(1.141.493)	(730.529)
	(4.741.612)	(2.581.663)
Aumento (diminuição) de Passivos		
Fornecedores	1.334.896	(1.933.234)
Salários e encargos sociais	2.515.950	145.335
Impostos, taxas e contribuições	(171.521)	759.484
Valores Restituíveis	-	-
Conta Corrente STPP	(2.765.095)	(7.827.735)
Depósito de Terceiros	151.417	343.828
Resíduos de Créditos do STPP	-	-
Outras Contas a Pagar	807.682	(194.375)
	1.873.328	(8.706.698)
Caixa Líquido Proveniente (Usado) das Atividades Operacionais	(7.544.429)	(648.111)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(78.152)	(94.226)
Intangível	4.855.380	(4.199.076)
Total das Atividades de Investimentos	4.777.228	(4.293.302)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e Financiamentos	-	-
Recurso para aumento de Capital	-	-
Total das Atividades de Financiamentos	-	-
Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes	(2.767.202)	(4.941.414)
Caixa mais Equivalentes de Caixa Iniciais	79.447.520	84.388.934
Caixa mais Equivalentes de Caixa Finais	76.680.318	79.447.520
Variação no Caixa e Equivalentes	(2.767.202)	(4.941.414)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em reais)

	2020	2019
RECEITAS	188.128.206	210.092.858
Transferências e delegações recebidas	186.430.862	205.590.551
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.685.381	4.012.913
Outras receitas	785.866	1.139.995
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.031.321)	(243.599)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(742.582)	(407.003)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(116.044.975)	(147.673.758)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(37.068.594)	(40.251.223)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(78.976.381)	(107.422.535)
VALOR ADICIONADO BRUTO	72.083.231	62.419.100
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO (retenções)	(617.548)	(463.804)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	71.465.684	61.955.296
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	166.356	347.869
Receitas financeiras	166.356	347.869
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	71.632.039	62.303.164
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	71.632.039	62.303.164
Pessoal	65.296.437	43.440.870
Remuneração direta	63.030.084	41.160.368
FGTS	2.266.353	2.280.501
Impostos, taxas e contribuições	7.684.045	7.793.438
Federais	7.660.021	7.754.351
Estaduais	-	-
Municipais	24.024	39.087
Remuneração de capitais de terceiros	867.891	1.067.132
Juros	43.801	55.693
Aluguéis	824.090	1.011.439
Remuneração de capitais próprios	(2.216.334)	10.001.725
Lucros retidos/prejuízos do exercício	(2.216.334)	10.001.725

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundamentado na Lei nº 11.107, o **GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTE METROPOLITANO** foi criado em 2008, após a extinção da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU/Recife), sendo pioneiro na implantação de consórcio de transporte público de passageiros no país.

Com um quadro operacional de 258 (duzentos e cinquenta e oito) servidores efetivos e 938 (novecentos e trinta e oito) servidores terceirizados, o Grande Recife é o órgão gestor de um sistema constituído por 10 operadoras de ônibus, 26 Terminais Integrados, 01 Terminais de Passageiros, 82 Mini Terminais e 02 Corredores Exclusivos de Ônibus que estão sendo requalificados, transportando cerca de 570 milhões de passageiros diariamente.

Com a publicação da Lei nº 15.275/2014, de 29 de abril de 2014, que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM, relativo ao exercício de 2014, passou o CTM, no decorrer de 2014, a utilizar o sistema E-FISCO, sistema de controle orçamentário, financeiro e contábil, desenvolvido pela SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, para registro de seus atos e fatos administrativos, considerando que o Consórcio se encontra na qualidade de estatal dependente, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, Art. 2º, Inciso III.

Por ser uma estatal dependente, o CTM recebe do ente controlador, ESTADO DE PERNAMBUCO, recursos financeiros para pagamento de suas despesas. Devido a isto, pode-se afirmar que apesar dos sucessivos prejuízos apresentados, o CTM não entrará em descontinuidade, devido ao fato de fazer parte da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2020, Lei estadual nº 16.769, de 23/12/2019.



2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade - IFRS, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e modificações posteriores.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Sociedade em 12 de abril de 2021.

O CTM passou a atender, de forma suplementar, em função da utilização do sistema E-FISCO, os ditames de acordo com as práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, adotadas no Brasil, com base na Lei nº 4.320/64.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional do consórcio, e seguindo as diretrizes contábeis descritas abaixo.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.



3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa consistem nos saldos em bancos conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata e Bancos Contas Vinculadas. Estes valores compreendem 03 (três) fontes de recursos: 1) Recursos do Sistema de Transporte Público de Passageiros, oriundos da Bilhetagem Eletrônica; 2) Recursos Próprios; e 3) Repasses recebidos do Governo do Estado de Pernambuco para custeio das suas atividades operacionais.

As aplicações financeiras são realizadas na modalidade de Certificado de Depósito Bancário – CDB (pré-fixados ou pós-fixados), Fundo de Investimento Financeiro – FIF e foram classificadas como Disponibilidades do Consórcio em função da possibilidade de resgates imediatos livre de oscilações relevantes quanto aos valores resgatáveis. Constituem-se por depósitos bancários a vista, investimentos em Renda Fixa de alta liquidez, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas da Demonstração da Posição Financeira.

3.2 Clientes e outros créditos a receber

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e não considera multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos, e estão ajustados pela constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

Os outros créditos correspondem aos valores referentes a Adiantamentos Diversos (funcionários e terceiros). Os pagamentos antecipados a empregados correspondem a adiantamentos feitos a funcionários por conta de salário mensalmente recebido, bem como, 13º salário e férias e empréstimos, por ocasião das férias prevista em acordo coletivo de trabalho, por opção do empregado.

3.3 Tributos a Recuperar

Há diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos devedores de PASEP, COFINS, IRRF e outros. Tais impostos são registrados pelo



custo histórico e não são atualizados a valor presente devido a não incidência de atualização monetária sobre os mesmos.

3.4 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede ao valor de mercado.

3.5 Depósitos Judiciais

O depósito judicial é consequência da realização de atos processuais como o sequestro, o arresto e a penhora. No Consórcio os depósitos judiciais são contabilizados e individualizados por processo.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, as taxas utilizadas são as mencionadas na nota explicativa 10, em função da vida útil dos bens. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Ativos Imobilizados	Idade
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos



3.7 Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade.

Os ativos intangíveis adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos.

3.8 Fornecedores

A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra materiais e contratação de serviços. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre os mesmos.

3.9 Outras obrigações a pagar

As outras obrigações são reconhecidas inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Atendendo ao princípio da relevância contábil, as obrigações sociais que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram consideradas isentas de despesas de juros.

3.10 Provisões

Geral



Provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a sociedade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso será reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Caso o prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em período superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificada no passivo não circulante.

Provisões para Contingências

A sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto dos valores provenientes da integralização e subscrição de Capital Social, dos Prejuízos Acumulados e Transferências Governamentais para futuro aumento de capital.

3.12 Apuração do Resultado

O Resultado do exercício é apurado pelo regime contábil de competência.



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bancos		
Conta Única	25.659	6.848
Outras Contas	70.891.923	73.167.590
Aplicações Financeiras	5.762.736	6.273.082
	<u>76.680.318</u>	<u>79.447.520</u>

São mantidos em bancos e aplicações financeiras, os recursos correspondentes ao recebimento da arrecadação para carregamento do Vale Eletrônico Metropolitano (VEM), do Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP, sendo de responsabilidade do Consórcio o controle dos recursos para serem repassados às Operadoras de ônibus e permissionários no momento do resgate dos créditos dos usuários.

Constam ainda no saldo das disponibilidades, montantes de recursos aportados pelo Governo do Estado de Pernambuco, para custeio das atividades operacionais do Consórcio. Estão presentes também em contas específicas os recursos recebidos do Estado, que são mantidos em aplicações financeiras para fins específicos de investimentos.

As disponibilidades de propriedade do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano são representadas por montantes recebidos pelo aluguel de box nos Terminais do Sistema Integrado de Transporte, comercialização de Carteiras de Estudantes e Livre Acesso, RVPO – Recurso de Veiculação de Publicidade em Ônibus, propagandas em abrigos e paradas de ônibus, multas sobre operadoras e Multas de transporte clandestino, e locação de espaço nos Terminais Integrados, para instalação de caixas eletrônicos 24h.

4.1 Composição do saldo das disponibilidades

O saldo das contas de caixa e equivalentes de caixa, constantes no balanço patrimonial, não representam o saldo real dos recursos disponíveis pelo Consórcio, tendo em vista que



não houve saldo orçamentário para o registro de pagamentos a fornecedores e outros pagamentos, em sua maioria de natureza orçamentária, cujo valor consta na coluna "Lançamentos não Contabilizados". Já foram encaminhados ofícios à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) solicitando abertura de créditos especiais para a regularização desses valores.

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Lançamentos</u> <u>não contabilizados</u>	<u>Saldo Real em</u> <u>31/12/2020</u>
Caixa			
Conta Única	25.659		25.659
Contas Bancárias Diversas	70.891.923	(70.701.076)	190.846
Aplicações Financeiras	5.762.736		5.762.736
	<u>76.680.318</u>	<u>(70.701.076)</u>	<u>5.979.242</u>

A quantia constante da coluna lançamentos não contabilizados, acima, por falta de dotação orçamentária, compõe-se dos valores a seguir demonstrados:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Fornecedores	59.271.506
Tributos	6.734.856
Convênio	324.875
Folha de pagamento	1.382.420
Consignações	11.933
Locação de box	(14.491)
Depósito	(2.150)
Processo/custas	522.254
Orçamentário	766.627
Diárias	6.774
Suprimento individual	34.306
Extra orçamentário	1.662.166
	<u>70.701.076</u>



5. ESTOQUES

	2020	2019
Materiais de Consumo	72.468	84.782
Materiais de Construção	232.910	313.946
	305.378	398.728

O controle físico-financeiro da conta de Estoques não está integrado com a contabilidade. O sistema de controle de estoque opera em uma plataforma diferente do E-FISCO, impossibilitando assim a integração dos sistemas. Desta forma, o registro contábil da movimentação nessa conta está sendo feito manualmente com base em relatórios gerenciais emitidos pelo setor responsável e ajustado com base no inventário físico existente em 31/12/2020.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2020	2019
COFINS a Compensar	8.974	8.974
ISS a Compensar	292.077	292.077
IRRF s/ Aplicação Financeira	737.636	736.977
Outros Tributos a Recuperar	129.332	126.553
	1.168.019	1.164.581



7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS E OUTROS

	2020	2019
Adiantamentos a Empregados	3.156.933	2.076.869
Auxílio Doença	37.047	39.347
Suprimentos de Fundos/Repasse Institucional	5.900	-
Outros Adiantamentos	4.172.606	4.172.606
	7.372.486	6.288.822

O montante dos outros adiantamentos, corresponde em sua maioria ao recolhimento de ISS das operadoras de ônibus pelo Consórcio. Esses valores já foram recuperados, mas não foram lançados por falta de conta específica no e-fisco para os lançamentos decorrentes do fechamento da Câmara de Compensação Tarifária (CCT). As contas de arrecadação, onde os valores deveriam ser baixados, não possuem saldo suficiente para lastrear tais lançamentos. Já foi pedido a Secretaria da Fazenda a criação da conta, em especial, para atender ao CPC 00 R1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiros, considerando as características qualitativas fundamentais: a relevância e a representação fidedigna.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Essa conta representa os depósitos efetuados com a finalidade de recursos judiciais em função da contestação por parte do CTM, sendo dividida em trabalhistas e cíveis. O montante de R\$ 5.721.079 está dividido da seguinte maneira:



10. INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2019	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2020
SOFTWARES						
SOFTWARES EM USO	2.790.557,07	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-	2.790.557,07
SOFTWARES EM DESENVOLVIMENTO	4.443.622,80	2.837.381,10	-	7.281.003,90	-	-
TOTAL	7.234.179,87	3.837.381,10	0,00	8.281.003,90	-	2.790.557,07
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS						5.581.114,14
CORREDORES/BRT/TRO	4.179.492,27	-	-	-	-	4.179.492,27
TOTAL	4.179.492,27	-	-	-	-	4.179.492,27
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (-)						
SOFTWARES	(1.910.712,22)	-	-	-	-	(1.910.712,22)
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS	(1.253.847,65)	-	557.265,62	-	-	(1.811.113,27)
TOTAL	(3.164.559,87)	-	557.265,62	-	-	(3.721.825,49)
TOTAL LÍQUIDO	8.249.112,27	3.837.381,10	557.265,62	8.281.003,90	-	3.248.223,85

11. FORNECEDORES

	2020	2019
Fornecedores Pagos com Recurso Próprios	59.271.506	62.386.511
Fornecedores a pagar	15.695.083	11.245.182
	74.966.589	73.631.693

Do saldo da conta de fornecedores, representada por R\$ 74.966.589, contabilizados pelos seus valores brutos, foram pagos com recursos próprios do CTM entre os anos de 2014 e 2020, o valor de R\$ 59.271.506. Até o momento, esses valores não foram baixados devido à falta de previsão orçamentária para esses recursos financeiros.



Já foram encaminhados ofícios à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) solicitando abertura de créditos especiais para a devida regularização desse montante. Sendo assim, o valor total dos fornecedores no balanço patrimonial não é fidedigno a realidade, bem como as disponibilidades do CTM, descrita na nota explicativa 4.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2020	2019
Ressarcimento de Pessoal	3.485.567	3.898.383
Outras Obrigações com Pessoal	12.179.898	9.251.132
Imposto de Renda retido sobre a Folha de Pagamento	1.277.262	1.513.638
INSS Retido Servidores sobre Folha de Pagamento	312.060	301.292
Encargos Sociais a Pagar	1.120.275	1.360.174
Obrigações de Pessoal a Pagar - Extra Folha	7.460	
Folha Pessoal a Pagar pela UG	4.871	572.741
Férias - Empresas - 1/12	2.613.068	2.517.684
INSS sobre Férias - Empresas - 1/12	544.824	524.937
FGTS sobre Férias - Empresas - 1/12	209.045	201.415
Folha Pessoal da UG	5.744.626	1.911.958
Folha Pessoal da UG – Incorporação	25	25
Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar de Exercícios Anteriores	318.524	319.411
Obrigações de Pessoal – Extra folha	27.858	27.858
	15.665.465	13.149.515



13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2020	2019
Impostos a Recolher	2.667.024	2.629.797
Obrigações Fiscais a curto prazo	1.063.152	1.060.373
Imposto de Renda retido, exceto sobre a Folha de Pagamento	94.440	95.575
Imposto sobre Serviços retido de PF e PJ	896.543	860.960
Depósitos de Terceiros – Jaboatão	585.074	585.074
Depósitos de Terceiros – Olinda	27.815	27.815
Contribuições a Recolher	447.112	646.464
INSS Retido sobre Serviços de Terceiros/PJ	389.675	600.361
Valores Restituíveis	57.437	46.104
Consignações a Recolher	152.664	162.060
	3.266.800	3.438.321

14. VALORES RESTITUÍVEIS

	2020	2019
Conv. GRCTM/CBTU Repartição Tarifária	3.593.133	3.593.133
Conv. CBTU/STU/REC	1.998	1.998
Repasse Caixa Econômica Federal	2.449.371	2.449.371
	6.044.502	6.044.502



O saldo da conta Convênio GRCTM/CBTU/Repartição Tarifária se refere a valores depositados pelas convenientes CTM/CBTU/REC, que se originou dos valores da integração ônibus/metrô nos termos no convênio de cooperação técnica e financeira da repartição tarifária. O saldo do Convênio CBTU/STU/REC é proveniente da venda de bilhetes do metrô (bilhete de papel), pela gerência comercial (GCOM) e posterior depósito por meio de GRU a CBTU/STU/REC. A conta de Repasse da Caixa Econômica Federal teve seu saldo originado pelas transferências dos recursos financeiros da união para o estado, como interveniente executor a EMTU/Recife, que pela sua extinção e incorporação à PERPART, foi sucedida pelo CTM que deu continuidade ao cumprimento do contrato de repasse.

15. CONTA CORRENTE DO STPP

	2020	2019
Contas a Receber do STPP	(59.096.793)	(59.096.793)
Contas a Pagar do STPP	44.714.311	63.330.022
Arrecadação Antecipada	79.878.508	64.027.892
	65.496.026	68.261.121

Contas a Receber do STPP

A RST representa a Receita por Serviços Técnicos, que é a remuneração proveniente da administração do STPP, pelo Grande Recife. A RST auferida nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 foi mensurada, aplicando-se um percentual de 4% (quatro por cento) sobre a quantidade de passageiros transportada no ano anterior, multiplicado pela tarifa média. O saldo referente ao Contas a Receber do Sistema está composto pelos valores dos Adiantamentos STPP e Outros Valores a Receber.

Contas a Pagar do STPP

O saldo referente ao Contas a Pagar corresponde às Obrigações do Consórcio vinculadas ao Sistema. As obrigações do GRCTM/STPP estão constituídas principalmente por compromissos assumidos através de convênios realizados com as prefeituras das cidades do Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, para transferência de taxas administrativas e outras obrigações.



Arrecadação Antecipada

Os saldos demonstrados acima refletem a comercialização de Vale-transporte de papel e crédito para Vale Eletrônico Metropolitano (VEM) Estudantil. Esses recursos serão transferidos para as operadoras na quinzena em que o passageiro fizer uso desses créditos, através de resgates apurados após os descontos competentes.

Até o mês de novembro de 2010, também eram transferidos para a conta bancária do Grande Recife, os numerários correspondentes à arrecadação do Vale Eletrônico Metropolitano Trabalhador, contudo, o Consórcio perdeu judicialmente a administração da gestão financeira desses recursos que, a partir dessa data, foi transferida para o Sindicato das Empresas de Transportes de Pernambuco – Urbana. Todavia a atual administração, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, ingressou com ação judicial para recuperar a gestão financeira.

Conta Garantia de Tarifas

Foi instituída a Conta Garantia de Tarifas, por meio da publicação da Lei Estadual nº 15.189/2013, em que se depositem as receitas tarifárias do STPP/RMR e da qual só se realizem saques prioritariamente em favor dos operadores do STPP/RMR partícipes em instrumentos de concessão ou permissão de operação do STPP/RMR e a CBTU.

16. DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS

	2020	2019
Depósitos de Cauções de Terceiros	32.284	32.284
Depósitos de Terceiros	3.285.478	3.134.179
Depósitos Especiais	118	-
	3.317.880	3.166.463



Depósitos de cauções de terceiros, consiste nos valores dados em garantias contratuais previstas na lei nº 8.666/93, art. 56.

Depósitos de terceiros representa os valores relativos a convênios celebrados com entidades estudantis, bem como receita de veiculação e propaganda em ônibus – RVPO, instituída pela resolução nº 003/99, do conselho metropolitano de transportes urbanos - CMTU.

17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Processos Cíveis	29.511.284	29.511.284
Processos Trabalhistas	2.799.512	1.768.191
	<u>32.310.796</u>	<u>31.279.475</u>

A administração, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências cíveis e trabalhistas julgadas suficientes para cobrir prováveis perdas sobre os processos atualmente em andamento.

18. RESÍDUOS DE CRÉDITOS DO STPP

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a Receber	(28.462.344)	(28.462.344)
Contas a Pagar	912.719	912.719
Arrecadação para o mês seguinte	96.606.340	96.606.340
Posição da CCT	194.414	194.414
	<u>69.251.130</u>	<u>69.251.130</u>



Em 12 de dezembro de 2013, através do Artigo 17, Paragrafo Único, e Incisos I, II e III da Lei nº 15.190, promulgada pelo Governo do Estado de Pernambuco, foi definido o prazo para prescrição dos créditos adquiridos pelos usuários para utilização no Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP/RMR, que por diversos motivos não são utilizados, e qual a destinação que os créditos não utilizados (Resíduos) poderão ter. Anteriormente à promulgação dessas Leis, inexistiam instrumentos legais que definissem a caducidade dos créditos adquiridos pelos usuários do STPP/RMR, e uma vez existindo os mesmos, qual a sua destinação.

Artigo 17 e Incisos I, II e III da Lei nº 15.190:

Art. 17. Os créditos oriundos das vendas antecipadas de bilhetes do STPP/RMR, sejam créditos de VEM Estudante, VEM Comum, VEM Trabalhador ou de qualquer outro tipo de vale existente ou a ser criado, quer tais créditos já tenham sido adquiridos, quer sejam adquiridos após a publicação desta Lei, todos têm validade de 180 (cento e oitenta) dias corridos.

I. Se houver subsídios tarifários instituídos por quaisquer dos entes consorciados, tais valores devem ser utilizados para cobrir os montantes correspondentes aos concessionários do STPP/RMR conforme critérios de cálculo estabelecidos nos instrumentos de concessão de operação do STPP/RMR;

II. Inexistindo subsídios tarifários, desde que a conta garantia apresente saldo positivo superior a 4 (quatro) meses de arrecadação tarifária do STPP/RMR, tais valores devem ser apropriados pelo CTM para custear as despesas com manutenção do STPP/RMR ou com a manutenção dos bens públicos afetados ao STPP/RMR;

III. Inexistindo subsídio tarifário, desde que a conta garantia apresente saldo positivo superior a 4 (quatro) meses de arrecadação tarifária do STPP/RMR e não sendo o CTM entidade dependente, tais valores devem ser apropriados pelo CTM e devem ser utilizados unicamente para custear investimentos no STPP/RMR.

A partir de 17/04/2020, os créditos caducados previstos na Lei Estadual nº 15.190/2013, Art. 17, foi revogado pela Lei Estadual nº 16.861/2020.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO



	2020	2019
Capital Social Subscrito	1.000.000	1.000.000
Capital Integralizado		
Governo do estado de Pernambuco	575.000	575.000
Capital Social a Integralizar		
Prefeitura do Recife	(350.000)	(350.000)
Prefeitura do Olinda	(74.300)	(74.300)
Prejuízos Acumulados	(206.679.802)	(199.612.205)
Recurso para Aumento de Capital		
Governo do estado de Pernambuco	34.991.410	34.991.410
	(171.112.692)	(164.045.095)

O saldo demonstrado na conta Recurso para Aumento de Capital corresponde ao aporte realizado pelo Governo do Estado, através da Secretaria das Cidades para manutenção e reforma de Terminais Integrados e Mini Terminais, elaboração de projetos de terminais e corredores, contratação de consultoria para licitação das linhas, sistema de monitoramento da frota, que serão posteriormente incorporados ao imobilizado da sociedade.

O saldo do capital social subscrito é representado por 1.000.000 milhão de quotas com o valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 575.700 pertencentes ao Governo do Estado de Pernambuco, 350.000 pertencentes à Prefeitura da Cidade do Recife e 74.300 pertencentes à Prefeitura da Cidade de Olinda.

Segundo disposto no capítulo III, cláusula sétima, parágrafo nono, do Contrato Social do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife, o capital social seria integralizado no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura (17 de junho de 2008) mediante contribuição em dinheiro, bens móveis ou imóveis. No entanto, até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apenas o Governo do Estado de Pernambuco havia integralizado o seu capital subscrito.



20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Receita Bruta de Serviços	189.116.243	209.603.464
Transferências e Delegações Recebidas	186.430.862	205.590.551
Receita Líquida de Serviços	2.685.381	4.012.913
Deduções incidentes sobre a receita	(1.408)	(11.990)
(-) Cofins	(92)	(385)
(-) Pis/Pasep	(16)	(63)
(-) ISS	(1.300)	(11.543)
Receita Operacional Líquida	189.114.836	209.591.474



21. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E RECEITAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2020	2019
Classificação por Natureza		
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	(72.807.827)	(70.122.857)
Pessoal	(63.610.539)	(36.330.417)
Auxílio / vale transporte alunos rede pública estadual	(10.402.530)	(41.240.303)
Custos dos serviços prestados	(46.254.867)	(49.642.177)
Depreciação e amortização	(617.548)	(463.804)
Impostos, taxas e contribuições	(24.574)	(5.514.975)
Juros e rendimentos recebidos	166.356	434.760
Indenizações e restituições	762	5.287
Ganhos com cancelamento de restos a pagar	-	93.009
Ganhos com desincorporação de passivos	3.169.409	2.830.890
Alugueis	824.090	1.011.439
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(1.031.321)	(243.599)
Provisão para Créditos Duvidosos	(742.582)	(407.003)
	(191.331.169)	(199.589.750)

Classificação por função

Custos dos Serviços Prestados	(46.254.867)	(49.642.177)
Despesas Gerais e Administrativas	(145.984.724)	(151.379.744)
Resultado Financeiro	122.556	292.176
Outras Receitas Operacionais	785.866	1.139.995
	(191.331.169)	(199.589.750)



Documento Assinado Digitalmente por: LAURENILDO FREITAS DA SILVA. ERIVALDO JOSE COUTINHO DOS SANTOS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 6388eae3-fb1-430b-8771-3e1ed87ba65e

22. COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado)

O consórcio mantém contrato de seguros, na modalidade de seguro de vida em grupo, num total de 248 segurados, sendo nos valores de R\$ 57.963,65, para 174 segurados e R\$ 80.000,00, para 74 segurados, conforme apólice nº 1019300519338, da CAPEMISA SEGURADORA, em atendimento ao Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Sociedade considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2020 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 08 de março de 2021.

LAURENILDO
FREITAS DA
SILVA:3622793
5468

Assinado de forma
digital por LAURENILDO
FREITAS DA
SILVA:36227935468
Dados: 2021.05.12
11:28:17 -03'00'